

Caixa raspado

O QUE ESPERA PELO NOVO GOVERNADOR

Estado do Rio terá déficit de R\$ 10 bi nos próximos 3 anos

DANIELLE NOGUEIRA E LUIZ ERNESTO MAGALHÃES

O novo governador do Rio de Janeiro estará à frente de um estado que terá, nos primeiros três anos de mandato, um rombo de quase R\$ 10 bilhões nas contas públicas. A previsão integra as projeções da Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias (LDO), aprovada em julho pela Assembleia Legislativa (Alerj). O vencedor da disputa também encontrará pouca margem para investir. Em 2017, o Rio teve o menor percentual de investimentos na comparação com o restante do país. Apenas 2% da receita líquida, contra 6%, em 2016, segundo levantamento do Insper, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional. O atual secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, reconhece que amargem para novas despesas seguirá pequena e pode ser ainda menor no próximo ano.

Consultados sobre o aperto fiscal inevitável, três dos cinco principais candidatos apresentam soluções parecidas. Eduardo Paes (DEM) quer ter um sistema de arrecadação mais eficiente; Anthony Garotinho

(PRP) propõe renegociar as bases do Regime de Recuperação Fiscal, que suspendeu provisoriamente o pagamento das dívidas que o estado tem com a União até 2020; Índio da Costa (PSD) segue caminho semelhante. A revisão das ações do plano de contenção de gastos também se encontra entre as metas de Tarcísio Motta (PSOL), enquanto Romário (Podemos) disse que ainda está fazendo um diagnóstico da situação.

As estimativas do rombo já consideram receitas adicionais que o governo contará por conta do Regime de Recuperação Fiscal do Estado. Segundo as projeções, o déficit maior será justamente no primeiro ano de governo: R\$ 4,5 bilhões, puxado pelo crescimento das despesas obrigatórias. Apenas o aumento do gastos com pessoal será de R\$ 1,9 bilhão no próximo ano.

SEM VETO, APERTO MAIOR

Esses cálculos, no entanto, não levam em conta o eventual impacto de decisões como a tomada na semana passada pela Alerj, que derrubou o veto do governador Luiz Fernando Pezão ao reajuste de 5% nos salários de servidores da Justiça e do Ministério Público. Ou seja, o aperto pode ser ainda maior.

O secretário estadual de Fazenda e Planejamento, Luiz Cláudio Gomes, admitiu, em evento na última

sexta-feira, que a tendência é que o investimento se mantenha em patamar baixo nos próximos anos. Mais tarde, ao GLOBO, o secretário disse que o nível de investimento “pode ficar abaixo dos 2%“. A previsão para 2019 ainda não é conhecida porque só será divulgada no final de setembro.

— Não vejo o Rio com capacidade de ampliar seus investimentos nos próximos anos porque está impossibilitado de contrair novos empréstimos por conta do Regime de Recuperação Fiscal. Quanto aos dados da LDO, ela foi elaborada com critérios bem conservadores. O orçamento ainda será detalhado. Nele, devem constar medidas para melhorar as receitas — afirma o secretário de Fazenda.

Em 2014, quando o Rio sediou a Copa e o estado havia se transformado em um canteiro de obras para os Jogos Olímpicos, a taxa de investimento chegou a 17% da receita. Na avaliação de especialistas, para recuperar o fôlego financeiro, o governador eleito terá de atacar os gastos com a folha de funcionários, uma tarefa árdua diante da tensa relação entre o Palácio Guanabara e a Alerj.

— Quando o orçamento está apertado, corta-se o que é mais fácil de ser cortado, que é o investimento. Dói menos na população deixar de construir um hospital novo do que





faltar seringa no que já existe .

Mas isso terá um preço lá na frente. Se não mexer em pessoal, não vai conseguir equilibrar as contas — afirma o economista André Luiz Marques, do Insper e autor do levantamento.

O especialista em contas públicas Raul Velloso ressalta que o Estado do Rio tem conseguido reduzir o gasto real (quando se desconta a inflação) com a folha de funcionários da ativa — por meio de corte de cargos comissionados — e defende que o foco do próximo governador sejam as despesas com aposentados e pensionistas, que seguem crescentes. Ele sugere que seja criado um fundo de previdência e que todos os bens do Estado do Rio, como imóveis e terrenos, sejam aportados nesse fundo. O governo poderia vender cotas no mercado desses imóveis, explica, e aplicar o dinheiro recebido para pagar aposentados e pensionistas. Isso seria feito com todos os ativos.

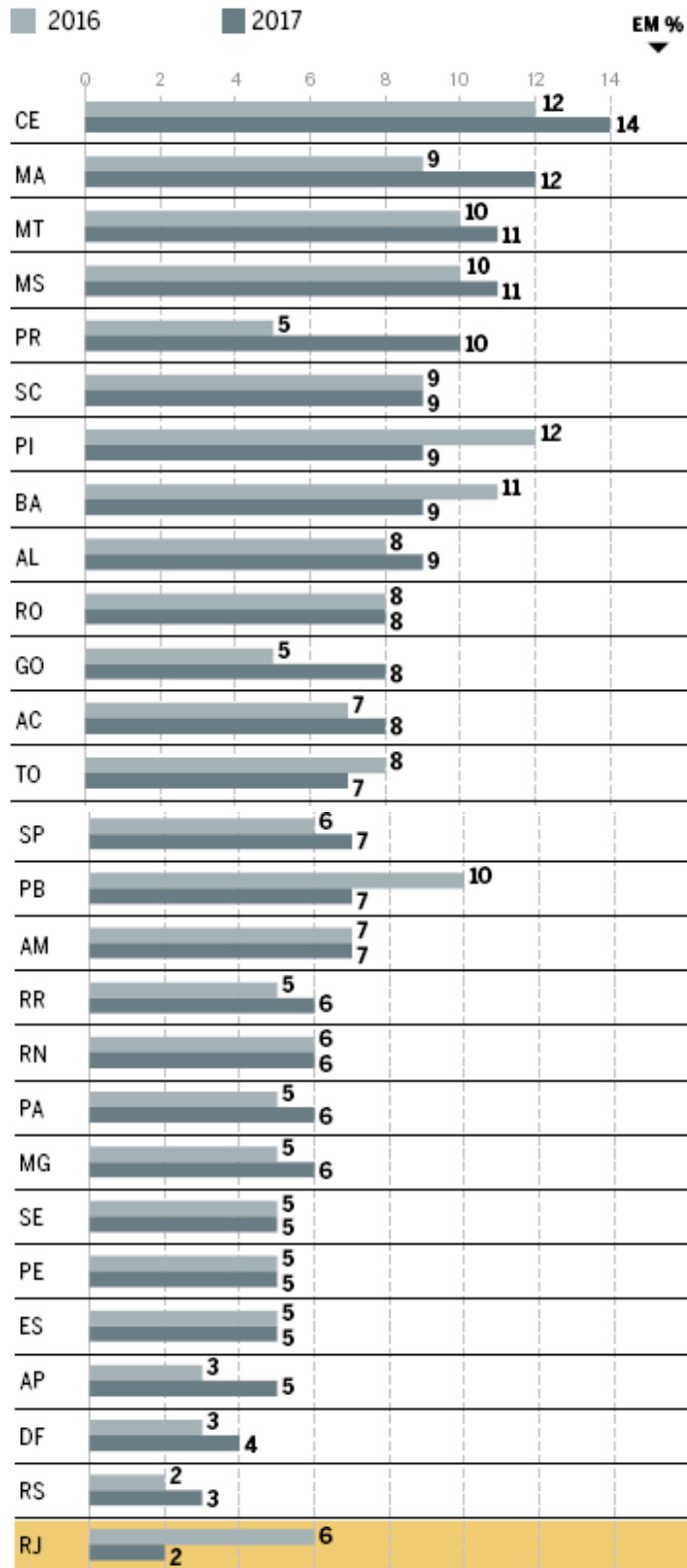
— O orçamento é cheio de dono, o governador só consegue mexer nos itens que não têm dono, que não têm poderosos por trás. A criação do fundo de previdência vai abrir espaço novo para o estado retomar os investimentos perdidos — disse Velloso





COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTADOS

Investimento sobre a receita corrente líquida





Estado do RJ

Projeções da LDO de 2019, aprovada pela Alerj

EM R\$ BILHÕES

EM 2019

Receita
57,6

Despesa
61,9

Resultado
Primário de 2019

-4,3



EM 2020

Receita
58,6

Despesa
61,6

Resultado
Primário de 2020

-3



EM 2021

Receita
59

Despesa
61,3

Resultado
Primário de 2021

-2,3



OBS: Valores fixos de 2018. Receitas e despesas com base em valores primários (diferença entre arrecadação de taxas e impostos e despesas em geral, exceto com juros, encargos de dívidas e de empréstimos)

Fonte: Insper, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Editoria de Arte

O QUE DIZEM OS CANDIDATOS AO PALÁCIO GUANABARA

EDUARDO PAES (DEM)



"A primeira tarefa será organizar as finanças. Trabalhar contra o

desperdício e os benefícios excessivos. O estado poderia arrecadar o quádruplo com a modernização tributária, já que a sonegação é elevada. Não vamos privatizar a Cedae, mas é possível fazer uma PPP para o saneamento em São Gonçalo como fiz concessões na prefeitura."

ROMÁRIO (Podemos)



"A situação não é fácil. Agente tem que se debruçar com calma

em relação aos números da parte fiscal do Estado. Só depois de uma auditoria, vamos entender quais são os reais números do estado e então poderei responder com mais profundidade o que vai ser feito. Por isso, não quero antecipar uma resposta."

GAROTINHO (PRP)



"Vamos renegociar o Regime de Recuperação Fiscal. Da forma que o

acordo está amarrado é impossível, abriu mão de receitas que eram preciosas para o estado. Revendido, em um ano, conseguimos retomar o investimento. Há esqueletos no armário, como despesas de exercícios anteriores com fornecedores que sequer têm comprovação."

TARCÍSIO (PSOL)



"Vamos revisar esse Regime de Recuperação Fiscal que empurrou a dívida para frente cobrando juros escandalosos. Vamos reorganizar a máquina pública; renegociar a dívida com a União; auditar contratos; reestruturar a política de isenção fiscal; otimizar o uso de recursos públicos e garantir a integração dos órgãos estatais."

INDIO DA COSTA (PSD)



"Agirei em duas direções: na tentativa de rever o Plano de Recuperação Fiscal para

abrir alguma capacidade de investimento e encontrar dinheiro novo com a revisão de procedimentos de ação fiscal — que sob a ação do MDB, autorizou uma forte evasão fiscal. A outra é dar sensação de segurança. Com alguma percepção de segurança, investimentos retornam."

CONJUNTURA »**Orçamento vai sem reajuste de servidores**

Planalto enviará projeto ao Congresso com pedido de adiamento da última parcela do aumento de categorias do funcionalismo para 2020. Militares ficam de fora da medida, e correção prevista para 2019 será mantida. Judiciário deve receber 16,3%

» HAMILTON FERRARI

O governo federal deve enviar o Orçamento de 2019 para o Congresso Nacional com o pedido para adiar a última parcela do reajuste dos servidores para 2020. A medida, no entanto, não afetará o aumento de 16,3% do Judiciário. Isso porque o presidente Michel Temer acertou com o futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que o ganho dos magistrados está garantidos em troca do fim do auxílio-moradia. Só que o adicional tem custo de cerca de R\$ 1 bilhão, enquanto o aumento salarial custará aos cofres públicos mais do que R\$ 4 bilhões.

O projeto orçamentário precisa ser entregue até sexta-feira, 31. O Ministério do Planejamento evita dar detalhes do texto, mas o pedido para adiar o salário de carreiras que acertaram reajustes em 2016 é essencial, segundo analistas. A medida resultaria em economia de R\$ 6,9 bilhões. As despesas com o

funcionalismo, nos últimos anos, subiram acima da inflação. De 2015 a 2018, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 26,17%, o custo da folha cresceu 26,79% — ganho real de mais de 0,6%.

Os militares foram deixados fora do corte de gastos. O reajuste nas Forças Armadas custará cerca de R\$ 4,1 bilhões na folha de pagamento no próximo ano e deve ser mantido. O Palácio do Planalto preferiu não mexer nos ganhos desses servidores. No caso específico dos juizes e magistrados — que serão beneficiados com o ganho de 16,3% dos ministros do STF em 2019 —, entidades representativas da categoria calculam que, mesmo com o reajuste, haverá grande perda em relação à inflação.

Segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado ontem, as despesas totais do Judiciário somaram R\$ 90,8 bilhões em 2017, registrando um crescimento de 4,4% em comparação com o ano anterior. Do total, 90,5% são custos relacionados aos recursos humanos. Em média, cada brasileiro desembolsou R\$ 437,47 para manter os órgãos do Poder em funcionamento.

Desafio

Os gastos com pessoal e encargos em toda a administração

pública respondem por cerca de 30% do Orçamento Federal, ficando atrás apenas dos benefícios previdenciários. A equipe econômica tem ciência dos desafios para 2019 e, por mais que envie um projeto obedecendo às legislações fiscais, algumas normas deverão ser descumpridas, segundo analistas. É o caso da regra de ouro — mecanismo que impede que o Executivo se endivida para pagar despesas correntes, como salário de servidores, por exemplo — e o teto dos gastos, que deverá ser rompido no próximo ano. Lideradas pelos custos previdenciários e do funcionalismo, as despesas obrigatórias estão aumentando, impedindo espaço para investimentos.

Os analistas estão céticos de que o Congresso Nacional acatará o pedido do Planalto de adiar o reajuste do funcionalismo. Isso porque, de olho na reeleição, os parlamentares não devem bater de frente com o corporativismo e os sindicatos de servidores. Além disso, a iniciativa de postergar a correção salarial dos servidores foram frustradas neste ano. O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, barrou a Medida Provisória (MP) no primeiro bimestre. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a equipe econômica também tentou emplacar o dispositivo, mas foi retirado pelos congressistas.





Para a economista-chefe da XP Investimento, Zeina Latif, “o governo errou em 2016 ao dar os reajustes. Mostrou dificuldade em desafiar as corporações”. Agora, segundo ela, terá que negociar para não conceder os aumentos, porque não dá para mudar as regras fiscais. “É preciso ter compromisso com o lado fiscal para não ameaçar a estabilidade econômica do país”, alegou.

Dificuldade na dívida

O governo está tendo dificuldade de rolar a dívida pública, pois investidores exigem juros cada vez mais elevados para comprar os títulos. Em julho, o estoque da dívida recuou 0,14%, ou R\$ 5,2 bilhões, para R\$ 3,75 trilhões. Foi a primeira queda mensal desde janeiro. Para especialistas, a queda ocorreu porque as emissões, de R\$ 58,8 bilhões, não foram suficientes para cobrir os resgates, de R\$ 91,3 bilhões — dos quais R\$ 80,4 bilhões de títulos prefixados. “O governo está com dificuldade para rolar os prefixados, principalmente, as NTN-F, que são os papéis que os estrangeiros mais gostam, porque a aversão aos títulos do governo aumentou”, observou Alexandre Cabral, da Universidade de São Paulo.





PARA DEPOIS

Governo encaminhará o Orçamento de 2019 ao Congresso Nacional com pedido de adiamento do reajuste dos servidores para 2020

Acerto antigo

O aumento previsto para o próximo ano faz parte de um acordo firmado pelo governo federal, em 2015, durante a gestão Dilma Rousseff. Para várias carreiras, o índice foi dividido em quatro parcelas que começaram a ser pagas em 2016. Por conta da expansão dos gastos obrigatórios, a equipe econômica quer adiar a última parcela para 2020.

Reajustes negociados com os servidores (em %)

Grupo	2016	2017	2018	2019	Total
Carreirão	5,5	5,0	—	—	10,8
Ciclo de gestão	5,5	7,0	6,6	6,3	28,0
AGU	5,5	5,0	4,8	4,5	21,3
Militares	5,5	6,6	6,7	6,3	27,6
Auditoria	5,5	5,0	4,8	4,5	21,3
Médicos peritos	—	12,9	6,6	6,3	28,0
Dnit, Infraestrutura, Políticas Sociais e Peridoto Incura	—	12,9	6,6	6,3	28,0
Policiais	—	23,9 a 34,6	4,75	4,5	35,7 a 47,3

Valdo Virga/CB/D.A Press

Dificuldades

■ Mesmo se conseguir o adiamento da parcela do reajuste de algumas carreiras, o Planalto deve desembolsar a correção salarial de **16,3%** que o Judiciário se auto permitiu e que elevará o teto do funcionalismo de **R\$ 33,7 mil** para **R\$ 39 mil**. Isso terá um efeito cascata em todos os poderes, elevando a despesa com a folha.

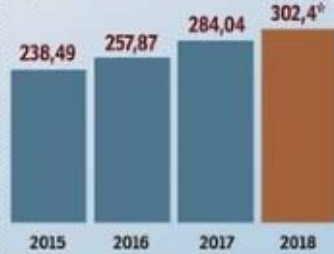
■ Enciumado, o Carreirão — que representa a maioria do funcionalismo — vai brigar por reajustes em 2019, já que o último foi dado em 2017 e não há previsão de ganhos no próximo ano. A proposta é de aumento de **24%**.

Expansão

As despesas com pessoal devem crescer **6,5%** neste ano, e a previsão é de gastos ainda maiores em 2019

Gastos com pessoal e encargos

Despesa (em R\$ bilhões)



*Previsão do Ministério do Planejamento

Limite em risco

O aumento constante da folha de pagamento pode levar o governo a estourar o teto dos gastos no próximo ano. Só com os servidores civis a alta é de **R\$ 6,9 bilhões** na folha. Incluindo os militares, salta para **R\$ 11 bilhões**.

Fonte: Ministério do Planejamento, especialistas